



Matrizes da Imprensa brasileira – “Correio Braziliense” x “Gazeta do Rio de Janeiro”¹

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul²

Samir Rosa de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul³

Resumo

Propõe-se a leitura comparada dos exemplares dos jornais “Correio Braziliense” e “Gazeta do Rio de Janeiro”, ao longo do ano de 1808, evidenciando-se as diferenças entre cada periódico, suas características e o contexto histórico e jornalístico de então. Defende-se que o estudo de cada periódico deve partir de suas próprias propostas e levar em conta os modelos de jornalismo então existentes, o que significará o abandono de certas avaliações preconceituosas que em nada ajudam a compreender a função que cada publicação desempenhou em seu tempo.

Palavras-chave

História da imprensa; Imprensa brasileira; Correio Braziliense; Gazeta do Rio de Janeiro; Teoria do jornalismo

José Marques de Melo⁴, em ensaio pioneiro, levantou algumas das razões pelas quais a imprensa teve dificuldades em ser instalada no Brasil. Algumas delas são nitidamente político-administrativas, como a “natureza feitorial da colonização”, “a precariedade da burocracia estatal” e o “reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos”.

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em Natal, de 2 a 6 de setembro de 2008.

² ANTONIO HOHLFELDT é Doutor em Letras pela PUCRS, Professor pesquisador integrante do PPG em Comunicação Social da FAMECOS/PUCRS. É autor de obras como “Teorias da comunicação” (Vozes, 2001), lecionando disciplinas como “Teorias da comunicação”, “Comunicação e opinião pública” e “Leituras em jornalismo”. Pesquisa que conta com bolsa da FAPERGS.

³ SAMIR DA ROSA OLIVEIRA é aluno de iniciação científica da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS/FAPERGS.

⁴ MELO, José Marques de – *Sociologia da imprensa brasileira*, Petrópolis, Vozes. 1973, p. 111.



Contexto

Qualquer estudo, portanto, que vise compreender o nascimento da imprensa no Brasil, deve levar em conta este contexto político-administrativo, a que se juntam outras razões culturais, digamos assim, identificadas enquanto “o atraso das populações indígenas”, “a predominância do analfabetismo”, a “ausência de urbanização” e a “incipiência das atividades comerciais e industriais”.

Isso significa dizer que qualquer impresso – periódico ou não – que aqui circulasse ou aqui fosse impresso, destinava-se a um público absolutamente incipiente, que constituiria o que, em linguagem atual, chamaríamos de elite social, ou seja, a estrutura administrativa vigente (portuguesa ou nativa), alguns poucos portadores de diploma universitário (adquirido em Coimbra) e talvez alguns escassos comerciantes mais ilustrados. Ou seja, as tiragens haveriam de ser, obrigatoriamente, mínimas, a não ser que o impresso viesse a circular também em Portugal, o que, no contexto colonial, era quase impensável. O que poderia ocorrer, e ocorreu, muitas vezes, é que o interessado terminasse por imprimir sua obra em Portugal, importando-a depois para o Brasil.

Assim, pode-se imaginar que, tanto o “Correio Braziliense”, a partir de junho de 1808, quanto a Gazeta do Rio de Janeiro, a partir de setembro daquele mesmo ano, não pudessem contar com um apoio muito forte do assinante. E, não obstante, era deste apoio que editores de periódicos de então dependiam, a não ser que obtivessem algum beneplácito oficial ou oficioso, como um financiamento da Côrte ou a aquisição de assinaturas por parte do trono, sendo este o expediente mais comum, sobretudo em uma sociedade acostumada ao compadrio, como a portuguesa.

Observe-se que, visto a partir deste prisma, pode-se melhor entender a sobrevivência desses dois primeiros periódicos que circularam entre nós. No caso do “Correio Braziliense”, ao que parece, por se tratar de um impresso livre de censura e controle, as assinaturas garantiram sua sobrevivência, o que não impediu que, em algum momento, Hipólito José da Costa chegasse a buscar assinaturas diretamente junto a Dom João VI. No caso da “Gazeta do Rio de Janeiro”, o periódico estava diretamente vinculado a uma repartição pública real, ainda que a “empresa”, propriamente dita, se constituísse de sócios que dela usufruíam os eventuais lucros, na medida em que o



jornal tinha uma certa garantia de assinaturas que o financiasse. Enunciava a publicação, já na sua primeira edição:

Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilégio aos officiaes da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra não He com tudo Official e o Governo somente responde por aquelles papeis, que nella mandar imprimir em seu nome”⁵.

Esse aviso repetir-se-ia ainda na edição 9, de 12 de outubro de 1808.

A anotação pode levar ao pressuposto de que o Governo não confiava tanto em sua equipe administrativa que queria isentar-se de responsabilidades editoriais. Ou, por outro, tratar-se-ia apenas de uma tentativa de “parecer” livre e isenta em suas informações... Seja como for, sabe-se que, na verdade, o próprio Dom João VI lia os originais, em português, francês ou inglês, e depois a junta administrativa ainda lia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo. Essa junta era formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa⁶.

O que é certo é que o início das atividades da Imprensa Régia não se reduziu à publicação de documentos oficiais ou de um jornal. Também incluiu a edição de livros, como se verifica naquela mesma primeira edição do jornal, que traz a seguinte “Noticia – Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes Memória Historica da invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o Commercio Franco do Brazil”. Embora, aqui, sem indicação de autoria, sabe-se que fora escrita por José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, membro da junta administrativa da Imprensa Régia, e que seria devidamente registrada inclusive pelo “Correio Braziliense”, na medida em que Hipólito José da Costa festejou o que imaginou traduzir a “liberdade de imprensa” almejada, situação que logo verificou ser falsa.

Pensada enquanto um projeto político, administrativo e financeiro, já a edição de 17 de setembro – segunda, do jornal – traz novo anúncio significativo – “Aviza-se o Publico, que a Gazeta do Rio de Janeiro sahirá todas as quartas, e Sábados - em consequência os Assinantes deverão assistir com o dobro da primeira assinatura”⁷.

Sucesso de público ou evidência de imprevidência, improvisação e desconhecimento de planejamento, verifica-se que a edição do jornal seria muito mais dispendiosa do que se calculara a princípio.

⁵ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, nº 1, 10.9.1808, p. 4. Mantém-se a grafia original, bem como sua pontuação, para que bem se possa avaliar os textos então publicados.

⁶ RIZZINI, Carlos – *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, São Paulo, IOESP. 1988, p. 317.

⁷ GAZETA DO RIO DE JANEIRO, nº 1, p. 4.

Outro detalhe interessante é que, na primeira edição, em continuação ao auto-anúncio de lançamento do jornal, anunciava-se – “que na mesma Gazeta se porão quaesquer annuncios, que se queirão fazer, devendo enviar na 4^a. Feira no fim da tarde na Impressão Régia”.

O efeito desta disposição não se fez esperar e, já na segunda edição, aparecia o primeiro anúncio particular – “Annuncio – Quem quiser comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender”.

Logo depois, conforme indica Juarez Bahia, o anúncio passaria a ser cobrado⁸. Com isso, a Impressão Régia, que obviamente publicava os documentos oficiais gratuitamente, cobria suas necessidades através da assinatura do periódico, dos anúncios vendidos para veiculação no jornal e, enfim, com as futuras obras que haveria de imprimir, e cujo levantamento, feito por Veiga Cabral e reproduzido por Carlos Rizzini, é bastante significativa, com títulos que vão de Silva Lisboa a Pope, passando por Bocage, Adam Smith e o Pe. Aires de Casal, chegando a um total de 1.154 trabalhos⁹. Fundamentalmente, tais obras distribuíam-se entre manuais e compêndios, de um lado, e livros de interesse geral, notadamente tratados filosóficos e políticos, de outro.

Não obstante, o fato de a empresa ser, simultaneamente, um empreendimento oficial e um negócio particular, o empreguismo e a morosidade foram desde logo sua característica, conforme registra ainda Carlos Rizzini¹⁰. Em conseqüência, logo outras tipografias começariam a oferecer seus serviços aos interessados, apresentando-os mais rápidos e mais baratos.

A “Gazeta do Rio de Janeiro” teve sua primeira edição a 10 de setembro de 1808. Deveria circular, inicialmente, apenas aos sábados, mas já na segunda edição, a 17 de setembro, anuncia que terá edições às quartas feiras e aos sábados. Em seguida, passará a estampar também edições extras, afim de dar conta de todo o material informativo disponível e que seus editores julgavam do interesse público (ou do interesse do Rei, que viesse a público, embora sem mencionar explicitamente tal assertiva). A folha tinha quatro páginas (raramente chegou a seis ou oito páginas), *in*

⁸ BAHIA, Juarez – *Jornal, história e técnica*, São Paulo, Ática. 1990, Vol. 1, p. 15.

⁹ RIZZINI, Carlos – *Op. cit.*, p. 320.

¹⁰ RIZZINI, Carlos – *idem, ibidem*, p. 322.



*quarto*¹¹. Administrava oficialmente a folha Frei Tibúrcio José da Rocha. A exemplo do que ocorria com outras folhas, a “Gazeta do Rio de Janeiro” vinha encimada por um dístico tirado da Ode III do Livro IV, de Horácio, que dizia

“Doctrina sed vim promovet insitam,

Rectique cultus pectora roborant”,

ou seja, “A educação desenvolve a força inata e uma cultura sábia fortifica a alma”.

A matéria-prima do jornal era fundamentalmente extraído de outro jornal, a “Gazeta de Lisboa”, além de algumas folhas londrinas. Ao longo de todo o ano de 1808, o noticiário do jornal segue o padrão de impressão tradicional daquelas folhas – os despachos são organizados em ordem crescente, dos mais antigos aos mais recentes, por mês e dia, indicando-se também o lugar de origem e, eventualmente, a fonte onde havia sido buscada. Assim, na primeira edição, encontram-se despachos de “Amsterdã, 30 abril”, “Londres, 16 de junho”, “Londres, 21 de junho” e “Rio de Janeiro, 10 de setembro”. No último caso, a data relativa ao Rio de Janeiro, coincidindo com a data de circulação do jornal, indica menos uma informação que um comentário do editor, ainda que não diferenciado tipograficamente da informação e nem assinado.

Na última página, encontram-se três pequenas notas. A primeira é uma espécie de declaração relativa à publicação do periódico – “Faz-se saber ao Público – Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sahir todos os Sábados pela manhã. Que se vende nesta Corte em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80.r – que as Pessoas, que quiserem ser Assinantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Casa”, etc.

Seguia-se outro aviso da editoria, explicitando sua pretensa autonomia em relação ao Governo, já mencionada. Por fim, antecipava-se o lançamento de uma obra ensaística de José da Silva Lisboa.

O modelo seria mantido, ao menos, ao longo daquele primeiro ano.

Para o pesquisador, e levando em conta que também o “Correio Braziliense” dava certa cobertura ao movimento de expulsão dos invasores franceses, tanto na Espanha quanto Portugal, vale a pena comparar o tipo de noticiário de ambos

¹¹ BAHIA, Juarez – Op. cit., p. 12. Indica-se que a folha passaria a ser publicada às terças, quintas e sábados. Do total de 31 edições examinadas, em 1808, destaca o autor, 19 são edições extraordinárias. Uma consulta ao *site* da Biblioteca Nacional, que possui toda a coleção do jornal fac-similada, www.bn.br, verifica-se que inexistente a indicação, nos jornais, de tal tipo de edição. Na verdade, o que vem indicado como edição extraordinária repete o que aparece como edição ordinária. Para se identificar as edições extraordinárias, assim, é preciso ler o jornal e acompanhar os anúncios que antecipam tais edições.



os periódicos. À primeira vista, não se tem grandes diferenças – ambos divulgam correspondência oficiosa, correspondência particular de figuras do reino e despachos de diferentes jornais europeus, os mais variados, advindos de todas as frentes políticas e do teatro de guerra envolvidas, da Rússia à Noruega e a Dinamarca, os estados germânicos, a própria França, localidades da Espanha e de Portugal, Holanda, Londres e até os Estados Unidos, na medida em que a França impôs o embargo comercial também aos navios norte-americanos. O que vai diferenciar os dois jornais, fundamentalmente, será que, no caso do “Correio Braziliense”, o comentário se soma à informação, e o comentário é sempre crítico e evidencia a posição do jornalista-editor, Hipólito José da Costa. No caso da “Gazeta do Rio de Janeiro”, ao contrário, o comentário é raro, o adjetivo é mais persistente e a informação é sempre aquela que valoriza e distingue a Família Real. Resulta disso a avaliação que dela faz Juarez Bahia – “A fixação da ‘Gazeta’ no relato unilateral dos acontecimentos logo assume um caráter monótono e expõe a sua natureza oficial”¹².

Juarez Bahia alvitra a possibilidade de que a “Gazeta do Rio de Janeiro” tenha alcançado, nos seus primeiros meses de circulação, cerca de 1000 assinantes¹³, tornando-se o jornal, para o bem e para o mal, modelo para os periódicos que surgiriam nos anos seguintes, pelo menos, até a aparente liberação da censura promovida por Dom Pedro, em 1821, e que possibilitaria a multiplicação de impressos em todas as províncias brasileiras.

Para que bem se possa avaliar a importância da iniciativa, vale a pena relembrar quadro apresentado por José Marques de Melo, em obra já aqui citada:

Área colonial	Início da colonização	Introdução da imprensa	Vazio de imprensa
América Espanhola	1519	1533	14 anos
América Inglesa	1620	1638	18 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos ¹⁴

A “Gazeta do Rio de Janeiro”, “não por acaso, desaparece em 1821, quando começa a ser publicado o ‘Diário do Governo’”, anotam, pertinentemente, Richard Romancini e Cláudia Lago¹⁵.

¹² BAHIA, Juarez – Op. cit., p. 13.

¹³ BAHIA, Juarez – Idem, ibidem, p. 15.

¹⁴ MELO, José Marques – Op. cit., p. 67.

Discussão

Nelson Werneck Sodré é bastante duro na avaliação de ambos os jornais. Sobre a “Gazeta do Rio de Janeiro”, escreve ele – “Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”¹⁶. Vai mais longe – “Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa (...) arremedo de jornal”¹⁷. Não obstante, reconhece que a “Gazeta” “era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo – o “Correio” era “brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais que informativo, preço muito mais alto” e resume - “em tudo o ‘Correio Braziliense’ se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal- em tudo a ‘Gazeta’ se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal - embora fosse exemplo rudimentar desse tipo”¹⁸.

Richard Romancini e Cláudia Lago reiteram a avaliação de Sodré, fechando o capítulo que dedicam aos dois jornais pioneiros do século XIX no Brasil: “A ‘Gazeta do Rio de Janeiro’ e o ‘Correio Braziliense’ são emblemáticos, a despeito de eventuais convergências que um exame mais vigoroso revela, de dois modelos de jornalismo que coexistiram nos anos pré-independência e no Império¹⁹- um “áulico” e outro combativo.

Isabel Lustosa, citando Antonio Candido, sublinha que, bem ou mal, “a vinda da corte para o Brasil marca o início da nossa época das luzes - foi a partir de então que o país viu surgir os primeiros consumidores regulares de arte e literatura”²⁰.

Cada jornal, então surgido, como se tem afirmado, desenhou um tipo de jornalismo. O “Correio Braziliense”, claramente preocupado em trazer informação e reflexão para um público seletivo, pretendia influenciar a opinião das elites de então, e jamais escondeu isso. Pelo contrário, desde o lançamento do periódico, a declaração de

¹⁵ ROMANCINI, Richard et LAGO, Cláudia – *História do jornalismo no Brasil*, Florianópolis, Insular, 2007, p. 23.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck – *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 23.

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck – Op. Cit., p. 23.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck – Idem, ibidem, p. 26.

¹⁹ ROMANCINI, Richard et LAGO, Cláudia - Op. Cit. , p. 27.

²⁰ LUSTOSA, Isabel – *Insultos impressos*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000, p. 33.



princípios ali expressa, e que já examinei detidamente em outra ocasião, era muito clara quanto a isso. Para Hipólito, era de um compromisso e de uma missão²¹. Quanto à “Gazeta do Rio de Janeiro”, tratava-se de uma necessidade imediata do poder político, transplantado para sua província ultramarina, de divulgar medidas e informar a respeito de suas ações ou do que ocorresse e lhe dissesse respeito ou lhe interessasse. O que se precisa discutir, contudo, é que, neste sentido, buscava criar uma determinada imagem de si mesmo, para divulgação entre os súditos da província e, portanto, indagar sobre até que ponto também não estava preocupado em interferir com a opinião pública.

Evidentemente, o “Correio Braziliense” possuía maior liberdade de expressão. Mais que isso, possuía maior facilidade de produção, mesmo que se leve em conta o fato de ser escrito e impresso em país estrangeiro, com idioma diverso daquele que usava. Bem ou mal, a profissão de tipógrafo, ao menos na Inglaterra, era por certo mais comum que em Portugal ou no Brasil. Basta lembrar transcrição feita por Hipólito José da Costa da busca de aprendizes e de oficiais de compositor, impressor, batedor, abridor, fundidor e estampador por parte da Imprensa Régia, com enorme dificuldade. Evidentemente, a proibição secular de prelos na colônia cobrava então seus dízimos.

De qualquer modo, a “Gazeta” “reflete, como pode, a sociedade da época”²², na condição de colônia, enquanto o “Correio” projeta, por se encontrar em contexto diverso, uma perspectiva absolutamente mais avançada e aberta. Pode-se avaliar, como a maioria dos estudiosos o faz, que, historicamente, o “Correio Braziliense” tenha se tornado mais importante que a “Gazeta do Rio de Janeiro”. Pessoalmente, defendo que cada jornal tem uma contribuição específica, e dificilmente se poderia entender corretamente o desafio que foi a circulação dos primeiros periódicos no país, se não considerarmos a ambas as publicações.

Leitura e análise

Já avalei, em ensaio anterior, os princípios que nortearam a publicação do “Correio Braziliense”, o que, na verdade, não é difícil, porque, na maioria das vezes, eles estão explicitados por seu editor ou são por ele discutidos²³.

²¹ HOHLFELDT, Antonio et OLIVEIRA, Samir Rosa de – “Bicentenário da imprensa brasileira: reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do ‘Correio Braziliense’”, *paper* apresentado ao V Encontro Anual da SBPJor, em João Pessoa, Paraíba, UFPB, novembro de 2007.

²² BAHIA, Juarez – Op. cit., p. 19.

²³ HOHLFELDT, Antonio et OLIVEIRA, Samir Rosa de – “Conceitos sobre jornalismo no ‘Correio Braziliense’” (Ano de 1808), *paper* apresentado no NP de Jornalismo do XVIII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, em junho de 2008.

Diferente é o caso da “Gazeta do Rio de Janeiro”. Podendo-se consultar seus exemplares, como se disse, que estão digitalizados no *site* da Biblioteca Nacional, buscamos fazer uma leitura das edições publicadas ao longo do ano de 1808, desde o início de sua circulação.

Por ser bi-semanal, evidentemente encontramos uma quantidade superior de edições, embora de menores dimensões. Assim, desde logo, o primeiro paralelismo que se pode construir é exatamente os aspectos externos de tamanho e periodicidade:

	Periodicidade	Dimensões	Edições estudadas
Correio Braziliense	mensal	+/- 100 páginas	7 edições
Gazeta do Rio de Janeiro	bi-semanal	4 páginas	31 edições

Estruturalmente, o “Correio Braziliense” possuía claramente quatro editorias – Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea. Eventualmente, publicava-se um espaço denominado “Correspondência”, destinado a registrar cartas recebidas ou orientar leitores sobre a melhor maneira de ter um texto enviado, publicado.

Quanto à “Gazeta do Rio de Janeiro”, estruturalmente, distribui-se por duas editorias, ainda que jamais mencionadas. A primeira, e mais importante, porque objetivo primeiro e último da publicação, poder-se-ia dizer que “Informativa”, contendo os despachos internacionais que interessavam à Côrte, notadamente informações sobre o que o jornal chama de “restauração”, isto é, a luta dos nacionalistas pela libertação de sua pátria contra o invasor francês e a restauração da Casa de Bragança, com o Príncipe Regente, Dom João VI, à frente. Além dessa editoria, havia uma segunda, que poderia denominar-se de “Comercial”, com anúncios de particulares – venda de imóveis, realização de leilões, etc. – e oficiais – antecipando obras a serem editadas pela Imprensa Régia.

Eventualmente, uma terceira editoria, que se poderia classificar como “social”, no sentido atual que a “coluna social” possui hoje em dia, também tinha algum espaço.

Ocorrem, ainda, como registramos, alguns textos opinativos e, depois de um determinado tempo, surge uma nova seção ou editoria, que referimos a seguir.

Para que se possa bem contextualizar a tarefa do editor da “Gazeta do Rio de Janeiro”, é bom que se lembre que o principal leitor do jornal, o público a quem, indiscutivelmente, dirigia-se o periódico, era o integrante da corte, transplantado de



Lisboa para o Rio de Janeiro, dividido entre o temor da invasão francesa e a evidente dificuldade de adaptação na nova terra. O leitor cortesão, assim, ansiava por saber o que decidia o Príncipe Regente a respeito de sua futura sorte – a situação da ocupação do território português, de um lado, e, de outro, os acontecimentos da nova Côrte. Assim, entendemos que, por vezes, é demasiado severo o juízo que se faz do jornal em termos de seu demasiado oficialismo ou aulicismo, porque se deve necessariamente levar em conta que, para aqueles que se haviam obrigado a deixar as benesses cortesãs, certamente era fundamental conhecer os desdobramentos da guerra na Europa. É evidente que isso não interessava ao grande público, mas o mesmo se poderia dizer a respeito das matérias publicadas pelo “Correio Braziliense”, acusação, aliás, promovida por Nelson Werneck Sodré, para diminuir a importância do jornal.

Assim, uma leitura atenta do jornal, indica-nos a existência de uma certa hierarquia das notas publicadas - fizemos a leitura das 31 edições de 1808, e buscamos catalogar o material publicado, alcançando os seguintes resultados:

Informação política – fundamentalmente vinculada à guerra	133 incidências
Anúncios	33 incidências
Notas sociais e festivas	23 incidências
Avisos do/sobre o jornal	16 incidências
Obras editadas ou publicações oficiais	15 incidências
Nomeações e despachos oficiais	15 incidências
Comentários opinativos	6 incidências
Seção cultural	2 incidências

Fica claro, para o leitor atento, que existe um projeto de jornal. Assim, de modo geral, existe também um certo conceito de como construir a publicação. Na área da informação política, por exemplo, sempre se indica a fonte, fonte esta que se constitui, notadamente, de outras publicações – jornais de Londres, os mais citados, jornais de Lisboa – em especial depois da restauração – jornais holandeses ou espanhóis – mas também correspondência oficial que se produz entre autoridades militares, eclesiásticas ou políticas, personagens do cenário conflagrado, através do que o leitor constitui mentalmente o jogo político que se desenrola no Velho Mundo.

Os anúncios são variados, destacando-se os de leilões de mercadorias ou venda de imóveis. Surgem, contudo, naquele primeiro ano, dois anúncios que solicitam empregados, o que pode documentar a urbanização gradativa experimentada pelo Rio de



Janeiro, com a chegada da corte. Os dois anúncios aparecem, respectivamente, nas edições 29 e 31, ambas no final do mês de dezembro:

Precisa-se [sic] huma mulher para huma Senhora Ingleza que saiba bem lavar, engomar, e cozer, pagando-se-lhe hum tanto por mez, no caso que apareça derija-se [sic] a casa do Coronel Manoel Luiz, morador da Praia de Dom Manoel.

E ainda:

Preciza-se hum Cozinheiro, que saiba trabalhar de Caçarolla e Massa. Na botica de Manoel da Luz na Rua direita [sic], se ajustará com as mais condições, sendo huma o vencer 14\$400 por mez.

O que denominamos de “nota social” é um conjunto bastante variado de informações que envolvem a Côrte, a começar pelo aniversário do Príncipe Regente, na edição 10, de 15 de outubro. O aniversário ocorrera no dia 12:

Quarta-feira 12 do corrente, dia do Anniversario de S.A.R. o Sereníssimo Senhor PRINCIPE da Beira, houve grande Galla na Corte, a que concorreo o Corpo Diplomatico, e as primeiras pessoas de todas as Classes para cumprimentarem SS. AA. RR. Por tão plausível motivo – Estiverão embandeiradas as Fortalezas, e as Embarcações de Guerra Nacionaes e Estrangeiras surtas neste Porto, que salvarão na forma do costume.

Outra festividade é mencionada na edição 16, de 5 de novembro. O motivo é outro – dia de São Carlos Borromeu – mas a fórmula é rigidamente a mesma:

Hontem 4 de novembro, dia de S. Carlos Borromeo, houve grande gala na Corte, a que concorreo o corpo Diplomatico, e as primeiras pessoas de todas as Classes para cumprimentar SS. AA. RR. , etc.

A mesma fórmula ainda, é utilizada para noticiar a primeira Oitava da Festa de Natal, na edição 31, de 28 de dezembro, referindo-se aos atos de 26 daquele mês, “concorrerão o Corpo Diplomatico, e as principais pessoas, etc., etc....”

Na edição 25, de 7 de dezembro, documentam-se as exéquias do Bispo de Pernambuco:

Em o dia 14 de outubro [!!!] de 1808 na Matriz do Santissimo Sacramento da Villa do Recife de Pernambuco, celebrarão-se as Exequias do Excellentissimo e Reverendissimo D. Fr. José Maria de Araujo, Bispo de Pernambuco, com a maior pompa – dobrarão os sinos de todas as Igrejas, desde as Trintades da véspera até ao fim de toda a acção, armou-se a Igreja toda de luto – nos Altares, tribunas, e sanefas se vião cadáveres com dísticos, o Mauzuléo ricamente ornado tinha o retrato fiel do Excelentissimo Bispo com todas as insígnias aos pés. O Coro compunha-se de oitenta Clerigos, com presidencia do Reverendo Provisor do Bispado, e da melhor Muzica, Missas geraes, e a assistencia de toda a Nobreza, como o Excelentissimo General, o Corregedor, Juiz de Fóra, Marechaes, Coroneis, &tc., &tc., todos os Prelados das Religiões, e Mestres. Recitou a Oração fúnebre o P. M. Fr. Adriano de Santa Anna, que deixou todo o auditório consternado, e cheio de lagrimas, e finalisou a acção com o *Castrum*



doloris por quatro prelados, hum do Carmo, outro de S. Francisco, outro Therezio, e outro do Real Hospicio da penha. Essa acção foi toda feita e dirigida pelo Reverendo João Pinto Monteiro, filho de Villa Nova do Porto, Confessor do mesmo Excellentissimo Prelado.

O detalhismo por certo nos ajuda a imaginar a magnificência da cerimônia...

No mais das vezes, o espaço é preenchido sobretudo com a relação dos comerciantes e autoridades, portuguesas, inglesas ou nativas, que concorrem em subscrições para financiar a guerra em Portugal.

O jornal busca manter orientado o seu leitor. Assim, antecipa as edições ditas extraordinárias, ou se preocupa em divulgar erratas, como na edição 20, de 19 de novembro:

Na Gazeta n. 14 se publicou que o Illustrissimo Monsenhor José de Souza e Azevedo Pizarro e Araujo offerecera a bem dos nossos compatriotas existentes em Portugal a soma de 57\$000, quando deo a de 75\$000.

Da mesma maneira, na edição 24, de 3 de dezembro, faz-se correção de um anúncio:

No Annuncio da Gazeta n. 23, em que se trata de aforar quatro braças de terra, sitas na Rua das Marrecas, se deve entender que são quarenta, e não quatro, como por erro se disse.

O caso mais destacado é o anúncio de uma nova secção ou editoria, o que ocorre na edição 13, de 26 de outubro, página 3. Encimado por outra transcrição de Horácio – “... neque semper arcum – Tendit Apollo”, tirada da Ode VII do Livro II (“...nem sempre o arco distende Apolo”), lê-se:

Forma parte do plano da Gazeta do Rio de Janeiro, publicar de vez em quando, sendo necessario, além dos artigos de novidades politicas, alguns outros relativos à Litteratura, Commercio, Artes, etc., julgando-se assim agradar a todas as classes de Leitores.

Este aviso, colocado em destaque, com itálico, é seguido de um artigo sem título, sobre a circulação do dinheiro. Em 1808, uma única outra vez aparecerá secção semelhante, esta intitulada “Estatística”, na edição 22, de 26 de novembro.

Os atos oficiais divulgados pelo jornal incluem desde a confirmação da sucessão de empresas cujo titular faleceu, herdando o negócio sua viúva e/ou filhos, até nomeações e promoções, tanto de civis quanto de militares.

Por fim, mas não menos importante, devemos referir o que denominamos de comentários, ou matéria opinativa. Registramos 6 artigos deste tipo. O primeiro ocorre já na primeira edição, a 10 de setembro. O artigo jamais está assinado –



pressupondo-se seja de autoria de Frei Tibúrcio. A partir de notícias publicadas naquela ou em edições anteriores, o editorialista (...) expressa o seu ponto de vista, como neste caso, a propósito das ações praticadas por Napoleão contra a Santa Sé e o Sumo Pontífice:

A Europa devia prever há muito a sorte do Summo Pontifice, especialmente desde que foi obrigado a hir a Paris, e a assignar a Concordata. O Santo Padre vio em fim que nada conseguia pela moderação Evangélica que até aqui o caracterizava, e que a cauza da Religião exigia a nobre rezolução que tomou. O Capitolio tão celebrado na Historia não podia escapar por mais tempo aos dezignios do Imperador dos Francezes. Roma porém deve suscitar-lhe muitas lembranças. A diviza do povo italiano acha-se neste verso de Alfieri!

Siam servi si, ma servi ognor frémenti

Aindaque (sic) estivéssemos preparados para acontecimentos desta natureza quase que não pensávamos ver derrubar ao mesmo tempo o throno dos Papas, e roubar o da Hespanha a mais antiga Dynastia da Europa. O Governo Frances ainda há pouco engodava a Prussia em quanto atacava a Austria, enganava a Austria em quanto combatia com a Prussia e a Russia, fazia protestações de amizade a Portugal, e disfarçava com a Hespanha em quanto tinha a contender com as principaes Potências do Norte, mandava a Russia invadir a Suecia em quanto se apoderava da Dinamarca, etc.

Na segunda edição do jornal, uma semana depois, novo comentário aborda a situação imediata da guerra:

A máxima constante da politica do Imperador dos Francezes He atacar as Potencias pela sua fidelidade às alianças contrahidas- por quanto esta he huma reprehensão indirecta que lhe fazem. Deste principio usou, já para roubar o reino de Nápoles ao seu legitimo Soberano, já para invadir Portugal, e agora em fim para lançar fóra dos Estados da Igreja o Santo Padre, etc.

O comentário, em geral, ao contrário das notícias, aparece menos infenso à adjetivação grandiloquente. O editorialista, de modo geral, prende-se com maior objetividade aos fatos, defendendo seu ponto de vista a partir dos acontecimentos apresentados, muitas vezes rememorados, para poder situar o leitor. Assim, refere o evento e reflete a respeito dele, buscando justificar a linha adotada em seu comentário. Neste sentido, pode-se afirmar que o texto do comentário é muito mais moderno que a própria linguagem da informação, marcada por formalismos cansativos e pouco expressivos, de tão repetidos, quando não transcreve, apenas, decretos e outros documentos de que também pode fazer resumos.

Conclusão

Em síntese, pode-se afirmar que a “Gazeta do Rio de Janeiro” paga um pesado tributo ao oficialismo que a caracteriza, mas não é tão dependente deste oficialismo que não possa refletir com certo equilíbrio a propósito dos acontecimentos.



Diferente do “Correio Braziliense”, mas complementar a ele, a “Gazeta do Rio de Janeiro” não pode, pura e simplesmente, ser negada ou esquecida quando se pretende guardar a memória dos primórdios da imprensa brasileira e compreender seu contexto e importância.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez – *Jornal, história e técnica – Vol. 1 – História da imprensa brasileira*, São Paulo, Ática. 1990.
- LUSTOSA, Isabel – *Insultos impressos – A guerra dos jornalistas na independência – 1821-1823*, São Paulo, Cia. das Letras. 2000.
- LUSTOSA, Isabel – *O nascimento da imprensa brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar. 2003.
- MELO, José Marques de – *Sociologia da imprensa*, Petrópolis, Vozes. 1973.
- MELO, José Marques de - *Jornalismo brasileiro*, Porto Alegre, Sulina. 2003.
- RIZZINI, Carlos – *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1988.
- ROMANCINI, Richard et LAGO, Cláudia – *História do jornalismo no Brasil*, Florianópolis, Insular. 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck – *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal. 1977.